



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

**FLÁVIA JANAÍNA SILVA DE JESUS**

**UMA BREVE ANÁLISE DESCRITIVA DO LIVRO DIDÁTICO  
NO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO: OS PRONOMES PESSOAIS**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

**FLÁVIA JANAÍNA SILVA DE JESUS**

**UMA BREVE ANÁLISE DESCRITIVA DO LIVRO DIDÁTICO  
NO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO: OS PRONOMES PESSOAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação - Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wânia Miranda.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

J56b

Jesus, Flávia Janaína Silva de.

Uma breve análise descritiva do livro didático no segundo ano do Ensino Médio : os pronomes pessoais / Flávia Janaína Silva de Jesus. - 2020.

40 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wânia Miranda.

1. Língua portuguesa - Brasil - Pronomes. 2. Língua portuguesa (Ensino médio). 3. Língua portuguesa - Regionalismos - Brasil. 4. Livros didáticos - Brasil. I. Título.

BA/UF/SEBI

CDD 469.5

**FLÁVIA JANAÍNA SILVA DE JESUS**

**UMA BREVE ANÁLISE DESCRITIVA DO LIVRO DIDÁTICO  
NO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO: OS PRONOMES PESSOAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 05 de fevereiro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wânia Miranda (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Examinador(a) 1**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Examinador(a) 2**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho à minha avó Fábria  
Para quem terei o prazer de lê-lo.

## AGRADECIMENTOS

É com enorme emoção que eu agradeço, a todos que fizeram parte diretamente da minha graduação, sem vocês eu nada seria.

Ao meu Deus, por ser um pai de amor e misericórdia, não desistindo de mim nem quando eu mesma quis desistir.

A minha mainha (vó Fábria) que desde criança sonhou comigo por este momento, não desistiu de ler, me deu toda força que precisei para chegar até aqui.

A minha mãe (Fabiana) por acreditar no meu sonho e chegar junto, para que este fosse realizado.

Aos meus irmãos (incluindo Liliam) e sobrinhos, por todo amor quando eu precisava, pelo colo nos momentos de desespero, por estar comigo em todos os momentos.

Ao meu Pai Jairo (em memória), por acreditar sempre na minha capacidade de vencer qualquer obstáculo.

A Deize, minha prima amorosa e melhor amiga, quem foi meu braço direito em toda minha jornada, serei eternamente grata. A Janaína amiga fiel de todas as horas.

A dona Ziza (Joselita), a mãe que Deus me presenteou e se fez presente em todos os momentos, até quando fazer uma graduação era somente um sonho.

Aos minha Família, Silva, de Jesus, Matos Capistrano, Santos Invenção, Manoela e Nirvana pelo acolhimento sempre que necessário e pela compreensão quando me fiz ausente nas reuniões familiares.

Aos meus caros amigos (incluindo Faustino), não os citarei para não esquecer nenhum nome neste momento, mas vocês todos sabem quem são, eu vos agradeço todos os dias, sem a ajuda de vocês eu não resistiria.

Aos meus professores, como em especial pela minha orientadora Wânia Miranda, meu muito obrigada, sei que não foi um desafio nada fácil, mas você aceitou e se dedicou de corpo e alma para que esse trabalho acontecesse. O mérito é nosso!

A Dra. Sabrina Balsalobre, Dra. Érica Kawakami, Dra. Shirley Freitas, Dra. Manuele Bandeira, Dra. Mirian Sumica, Dr. Denílson Lima, Dr. Eduardo Ferreira, Dr. Emanuel Monteiro, Dr. Paulo Proença, Dr. Alexandre Silveira, professores que contribuíram efetivamente para a minha formação.

Não foi nada fácil, eu desisti inúmeras vezes, mas todas as vezes Deus enviava alguém em meu caminho para me fazer desistir de desistir.

Chegamos até aqui! Agora, vamos comemorar nossa vitória.

## RESUMO

No momento em que um professor recém-formado em Letras ingressa na sua prática em sala de aula, ele perpassa por muitas inquietações como as questões da pluralidade cultural e linguística do Brasil e questões sobre os suportes didáticos utilizados em sala de aula. Tendo em vista essas circunstâncias, buscamos construir uma pesquisa que faz uma breve análise descritiva de um livro didático do 2º ano do Ensino Médio: os pronomes pessoais, a fim de fornecer auxílio a esse profissional para conciliar o livro didático e as teorias linguísticas estudadas durante sua graduação. Realizando essa análise com a intenção de verificar se o material em questão contempla as diversidades linguísticas brasileira, constatando assim que pode ser uma ferramenta útil para esse professor.

**Palavras-chave:** Língua portuguesa - Brasil - Pronomes. Língua portuguesa (Ensino médio). Língua portuguesa - Regionalismos - Brasil. Livros didáticos - Brasil.

## ABSTRACT

The moment a newly graduated teacher of Literature enters his practice in the classroom, he goes through many concerns such as issues of cultural and linguistic plurality in Brazil and questions about didactic supports used in the classroom. In view of these circumstances, we seek to build a research that makes a brief descriptive analysis of a textbook of the 2nd year of high school: the personal pronouns, in order to provide assistance to this professional to reconcile the textbook and the linguistic theories studied during your graduation. Performing this analysis with the intention of verifying whether the material in question contemplates Brazilian linguistic diversity, thus realizing that it can be a useful tool for this teacher.

**Keywords:** Portuguese language - Brazil - Pronouns. Portuguese language (High School). Portuguese language - Regionalisms - Brazil. Textbooks - Brazil.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Sumário	25
<b>Figura 2</b>	Charge 1	27
<b>Figura 3</b>	Perguntas direcionadas às charges 1	28
<b>Figura 4</b>	Charge 2	29
<b>Figura 5</b>	Texto pronomes pessoais em uso	30
<b>Figura 6</b>	Charge 3	31
<b>Figura 7</b>	Quadro dos pronomes pessoais	31
<b>Figura 8</b>	Uso do pronome pessoal você	32
<b>Figura 9</b>	Charge 4	33
<b>Figura 10</b>	Charge 5	34
<b>Figura 11</b>	Poema e Excerto	35
<b>Figura 12</b>	Atividade sobre o poema e excerto	36
<b>Figura 13</b>	Charge 6	37
<b>Figura 14</b>	Caso da mesóclise	38

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2</b>	<b>UM BREVE CENÁRIO SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL</b>	13
2.1	LEIS BRASILEIRAS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	13
2.2	LETRAMENTOS	15
2.3	GRAMÁTICAS E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	17
2.4	NORMAS LINGUÍSTICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	18
<b>2.4.1</b>	<b>Norma Padrão</b>	19
<b>2.4.2</b>	<b>Norma Culta</b>	20
<b>2.4.3</b>	<b>Norma Popular</b>	21
<b>3</b>	<b>BREVE ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE OS PRONOMES PESSOAIS NO LIVRO DIDÁTICO</b>	23
3.1	ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO	23
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	39
	<b>REFERÊNCIAS</b>	40

## 1 INTRODUÇÃO

A gramática de uma língua está conectada com todo o uso dela. Pensar na língua portuguesa no Brasil e no seu contexto de uso é pensar também na pluralidade da cultura brasileira e como historicamente essa sociedade é formada, sendo indispensável pensar em diferentes abordagens para o ensino da língua portuguesa no Brasil, principalmente em relação às questões gramaticais.

No período da disciplina Ensino de gramática, cursada no 7º semestre do curso de Licenciatura em Letras, surgiram inquietações de como é o ensino de língua portuguesa no ambiente escolar; qual gramática deve ser ensinada pelo professor de português; como deve ou não funcionar esse ensino; se a forma que tem sido ensinada até hoje tem sido satisfatória; como conciliar essa gramática internalizada com a que é ensinada nas escolas.

A ideia é, durante esta pesquisa de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), responder as inquietações apresentadas acima. No entanto, reconhecemos que não há uma resposta correta. Em virtude disso, apresentaremos uma breve análise descritiva para auxiliar os professores recém-formados na utilização do livro didático como um dos suportes da sua aula.

Na realidade do ensino brasileiro, alunos cuja variante culta não é a sua variante de uso, não têm oportunidade muitas vezes de ter a sua realidade levada em consideração por alguns professores, principalmente no quesito de ensino da gramática normativa. Nesses casos, é necessário pensar formas de aplicar a gramática trabalhando o cotidiano que os alunos estão inseridos.

O existente trabalho vem com o intuito de fazer uma breve análise de como o professor recém-formado no curso de Letras aborda o assunto de classe gramatical dos pronomes em um livro didático de Língua Portuguesa do 2º ano do Ensino Médio. Sobretudo, percebendo a necessidade de mudanças das abordagens no ensino de língua portuguesa, compreendendo como esse conteúdo gramatical é apresentado no livro didático, um dos principais suportes didáticos do professor.

Acredita-se que a construção de um livro didático para cada série (ano) é pensada de acordo com as necessidades dos alunos daquele ano qual está cursando. Entende-se que o conteúdo gramatical de um livro didático, sendo aplicado juntamente a outros recursos como textos, música, charges etc., surte um melhor efeito em seu aprendizado.

Este trabalho, no entanto, não tem o intuito de julgamento das práticas pedagógicas, mas sim de tentar entender a dificuldade de aplicar as teorias aprendidas no curso de graduação em

Letras ao ensino de língua portuguesa. Defendemos a ideia de mostrar que é possível o uso do livro didático na sala de aula, ainda mantendo uma abordagem e uso crítico deste material.

Partindo desse pressuposto, buscamos entender como esse ensino de gramática aparece nos livros didáticos, se ele aparece desligado da sua utilização prática; se há uma relação com a prática pedagógica do professor; se há o ensino de língua portuguesa contemplando a variedade linguística etc.

Sabe-se que para uma pesquisa de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) é necessário haver recortes, pensando nisso escolhemos fazer alguns recortes para nossa pesquisa, focando apenas em um conteúdo gramatical que são os pronomes pessoais, para construir assim uma análise mais pertinente. A escolha do 2º ano do ensino médio, aconteceu por tratar-se de anos finais da educação básica, e buscamos entender como esse assunto é importante para as construções de textos em provas de vestibular, em currículos para vínculos empregatícios etc.

Para a construção desse trabalho, utilizamos como base as Diretrizes Curriculares brasileiras, as BNCCs (Base Nacional Curricular Comum), bem como os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Importante destacar que este trabalho dedica seu olhar para a língua portuguesa, especificamente para os estudos gramaticais, no contexto brasileiro, no qual o português é ensinado como língua materna.

Sabe-se que a tradição de ensino de gramática nas escolas públicas brasileiras privilegia o ensino da norma padrão da língua, todavia, a problemática desse ensino é tratar como se todos os alunos brasileiros falassem uma mesma variante de língua portuguesa. Acima de tudo, desvalorizando as variedades dos alunos cuja família é socioeconomicamente desfavorecida.

É importante para os professores recém-formados em Letras apresentar em suas aulas tanto a norma culta quanto a popular. Aplicando todo o conjunto de teorias que aprende durante a graduação na sua prática em sala de aula, fazendo junção da teoria e da prática.

Pensando no curso de Letras da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) este trabalho é de suma importância pois intenta evidenciar que teoria e prática não são tão distantes. Esse ponto de vista coaduna com o artigo de Silva, Pilati e Dias (2010), para quem há, de fato, uma dificuldade do recém-formado em Letras em articular o que é aprendido na universidade com sua prática em sala de aula.

Nesse sentido, buscamos empreender uma breve análise comparativa do livro didático no segundo ano do Ensino Médio e perceber como as autoras pensam sobre o conteúdo, seja:

Alves, Roberta Hernandes.

Língua Portuguesa/Roberta Hernandes Alves, Vima Lia Martin; ilustrações Ana Raquel... [et al]. – Curitiba: Positivo, 2013.

V.2: il.

PNLD 2015, 2016, 2017.

## **2 UM BREVE CENÁRIO SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL**

O capítulo a ser discorrido tem por objetivo demonstrar como o ensino de língua portuguesa no país tende a ser melhor aproveitado quando a diversidade linguística é contemplada. Além disso, o ensino da norma padrão, se pautado na diversidade, auxiliado pelas diferentes variações linguísticas existentes no Brasil, conseguirá contemplar todas as realidades presentes no país, transmitindo a todos os alunos o sentimento de pertencimento à língua portuguesa brasileira.

Apresentaremos conceitos como: normas padrão, culta e popular; as leis brasileiras sobre o ensino de língua portuguesa do Brasil; e um pouco sobre letramentos e gramáticas, com o intuito de embasar as discussões de que há possibilidade para o professor recém-formado trabalhar as teorias que aprendeu durante a graduação em sala de aula, respeitando as diretrizes brasileiras de ensino e contemplando a diversidade desse território.

### **2.1 LEIS BRASILEIRAS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

De acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) do Ensino Médio, na página 16, que se refere ao ensino de gramática nas escolas brasileiras, “o viés utilizado para o ensino gramatical na escola, é um ensino centrado em nomenclatura gramatical; confunde-se desse modo, as descrições da norma com a análise de frases, tornando-as *deslocadas do uso, da função e do texto*”<sup>1</sup>.

Consoante com a discussão apresentada pelos PCNs, refletimos como o ensino de língua portuguesa no Brasil tende a conseguir avanços, se praticadas as discussões apresentadas nos

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.

PCNs e na BNCC. Contudo, pensando no ensino de gramática, esses avanços começam a surgir quando as análises de frases acontecem de acordo com seus contextos e textos.

Em função dos elementos destacados, na mesma página dos PCNs referente ao Ensino Médio, são feitos questionamentos que podem nortear as nossas discussões:

O estudo gramatical aparece nos planos curriculares de português, desde as séries iniciais, sem que os alunos, até as séries finais do Ensino Médio, dominem a nomenclatura. Estaria a falha nos alunos? Será que a gramática que se ensina faz sentido para aqueles que sabem gramática porque são falantes nativos? A confusão entre norma e gramaticalidade é o grande problema da gramática ensinada pela escola. O que deveria ser um exercício para falar/escrever/ler melhor se transforma em uma camisa de força incompreensível (PNC do Ensino Médio, 2000, p.16).

As discussões apresentadas pelos PCNs nos anos 2000 são pertinentes até hoje, pois as mudanças sugeridas neles não se fazem presentes como necessário no ensino de língua portuguesa, na maioria das escolas brasileiras. Para exemplificar, pode-se pensar na variação linguística: as discussões sobre esse assunto, embora exista uma tradição sobre a variação nos estudos linguísticos, muitas vezes não chegam à sala de aula.

Dessa maneira, pensar quais os objetivos da disciplina de língua portuguesa nas escolas, pode ser um caminho a esse profissional para melhor aproveitamento de suas aulas. Diante disso, e de acordo com o Art.22 da LDB, na página 17, o papel da disciplina de língua portuguesa no ensino é “desenvolver o educando, assegurar-lhe formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores”. Esses aspectos devem ser levados em consideração pelo professor no planejamento do ensino.

O professor de língua portuguesa, que possui um pensamento e postura voltados para o respeito e conscientização da diversidade linguística no país, deve promover e difundir essa ideia, levando seus alunos a compreenderem a própria diversidade que existe entre eles e posteriormente com os demais.

No Brasil, o ensino de língua portuguesa é obrigatório, previsto pela LDB. O Art.26, no parágrafo 1º, da página 17 trata dessa obrigatoriedade. “Entende-se por estudo uma perspectiva de tratá-la, como objeto de conhecimento em diálogo, já que o aluno domina, em diferentes graus, seu uso social”. Para o professor é primordial entender essa obrigatoriedade, mas levando em conta a norma popular.

Para discutir em sala de aula a norma popular, o professor de português pode fazer utilização e frases na norma culta da língua, pedindo aos alunos que digam a mesma frase na variação popular, fazer também uso de poemas e poesias que contemplem as duas variantes,

conduzindo assim os alunos a participarem da aula com a compreensão que podem utilizar as variações da língua portuguesa.

Tendo em vista esses aspectos, na BNCC (Base Nacional Curricular Comum) do Ensino Médio, tem descrito qual a proposta do estudo de língua portuguesa para o Ensino Médio. Diz assim na pág. 490 da BNCC:

Os eixos de integração propostos para o Ensino Médio são as práticas de linguagem consideradas no Ensino Fundamental – leitura, produção de textos, oralidade (escuta e produção oral) e análise linguística/semiótica. As dimensões, habilidades gerais e conhecimentos considerados, relacionados a essas práticas, também são os mesmos (cf. p. 72-74; 77-78; 79-80; 82-83), cabendo ao Ensino Médio, como já destacado, sua consolidação e complexificação e a ênfase nas habilidades relativas à análise, síntese, compreensão dos efeitos de sentidos e apreciação e réplica (posicionar-se de maneira responsável em relação a temas e efeitos de sentido dos textos; fazer apreciações éticas, estéticas e políticas de textos e produções artísticas e culturais etc.).

Além disso, o papel da escola é de mediação entre o aluno e a sociedade. Assim sendo, a escola não pode agir de forma excludente. É de suma importância para esse aluno ter acesso à norma culta da língua portuguesa, tendo ele capacidade intelectual para discernir sobre o uso dela. A escola, com a participação direta do professor de língua portuguesa, tem poder de conseguir criar nesse aluno mecanismos para analisar profundamente a língua portuguesa e seu funcionamento.

Sobretudo, sabe-se da responsabilidade da profissão. Os profissionais de língua portuguesa necessitam ter cuidado para não reforçar a estrutura de divisão da sociedade através da linguagem. É importante que se construa um ensino que parte do conhecimento que os alunos já possuem para o que ainda desconhecem. Ao pensar então quais ferramentas esses profissionais têm a sua disposição para esse ensino e a sua utilização, entenderemos, ao longo do trabalho, um pouco como o livro didático pode auxiliar nesse processo.

## 2.2 LETRAMENTOS

Em primeiro lugar, é importante entendermos que letramento e alfabetização não são a mesma coisa. O letramento acontece a todo momento em que um indivíduo aprende algo novo na sociedade que está inserido. Para ilustrar, usaremos a tecnologia: há 10 anos, os celulares popularmente chamados de “tijolão”, que eram celulares grandes e pesados, eram novidades e necessitavam que as pessoas aprendessem a usá-lo para estabelecer comunicações fora do seu lar. Não é que as pessoas não sabiam digitar números e concluir ligações, mas, os novos aprendizados para tal tecnologia, necessitavam de um letramento digital.

A partir desse panorama, podemos entender o que alguns autores apresentam como letramento. Soares (2009, p. 66-67) descreve que “Letramento é um fenômeno cultural, ou seja, um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e de *exigências sociais* de uso da língua escrita”<sup>2</sup>. Refletindo sobre essa afirmação da autora, entendemos que letramento está relacionado ao ato de escrita no dia a dia, como ir pagar contas, pegar ônibus, saques em caixas eletrônicos, entre outras atividades.

Já Marcuschi (2010, p.21) irá dizer que “O Letramento é um processo de aprendizagem social e histórico da leitura e da escrita *em contextos informais e para usos utilitários*, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, letramentos. Distribui-se em graus de domínio que vão de um patamar mínimo a um máximo”<sup>3</sup>. A citação de Marcuschi diz que o letramento são “exigências sociais” (expressão apresentada por Soares, 2009) que acontecerão principalmente em “contextos informais e para usos utilitários”.

Marcuschi (2010) ainda será mais específico, quando em seu texto exemplifica algumas situações em que estão presente o letramento. Enuncia-se assim:

“(…) envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas etc., mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances . Letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita” (MARCUSCHI, 2010 p.25).

Buscar fornecer auxílio nesse processo de letramento do indivíduo enquanto ser social também é o papel da escola, pois esta possibilita que as pessoas interpretem códigos utilizados na sua sociedade todos os dias. A escola, quando compreende as diferentes práticas de letramento, permite o aluno ser inserido socialmente, conquistando posteriormente outros espaços.

Igualmente funciona com o ensino de língua portuguesa, as escolas precisam apresentar que variação na mesma língua é normal e aprender outras variantes não exclui o que o aluno já sabe. Por isso, entendemos que um dos papéis da escola é introduzir o aluno no mundo da escrita, tornando-o funcionalmente letrado.

---

<sup>2</sup> Destaques nossos.

<sup>3</sup> Destaques nossos.



### 2.3 GRAMÁTICAS E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

É necessário considerar que língua e gramática são coisas distintas, ou seja, uma língua não é somente a sua gramática. Partindo dessa ideia, pode-se dinamizar o ensino da língua portuguesa do Brasil nas escolas. Uma língua funciona também como espaço de interação social, onde o ambiente em que vive esse falante e a sociedade na qual ele está inserido serão fatores também para a formação do seu repertório linguístico.

São três as concepções de gramática: **a gramática normativa**; a gramática descritiva e a gramática internalizada. Segundo Possenti (2012, p.64), a palavra gramática significa “conjuntos de regras”. Para o autor, a gramática normativa é um conjunto de regras que devem ser seguidas; a gramática descritiva, por sua vez, é um conjunto de regras que são seguidas; a gramática internalizada, por fim, é um conjunto de regras que o falante da língua domina.

Para Possenti (2012, p.64), a gramática normativa se relaciona a regras que devem ser seguidas, funcionando como uma padronização dessa língua, tanto na fala como na escrita. Nesse sentido, são ditadas as regras e normas sobre a concordância de verbos e sujeitos, por exemplo, a serem seguidas pelos falantes de uma língua.

O autor acredita que esta é a gramática mais conhecida pelos professores pelo fato de trabalharem diretamente com ela em livros didáticos e gramáticas pedagógicas. Essa gramática está ligada ao “falar e escrever corretamente” (POSSENTI, 2012, p.64). O senso comum acredita que se essas regras forem dominadas “poderão produzir como efeito o emprego da variedade padrão (escrita e/ou oral)” (p.64-65).

Já a **gramática Descritiva**, segundo Possenti (2012), está mais relacionada a descrever as regras da língua. Esta gramática descreve a língua em uso, sem julgamentos ou prescrições de certo e errado. Desse modo, descreve tanto a norma culta quanto a norma popular. Há gramáticas descritivas das falas de comunidades quilombolas, de comunidades de terreiros e da norma culta, entre outras. Com o intuito de demonstrar que há diferentes formas de falar o português.

De acordo com Possenti (2012), essa gramática tem a preocupação central de tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes, por isso ele utiliza a expressão regras que são seguidas. Além disso, como as línguas estão em constantes mudanças, a gramática normativa (que falaremos logo abaixo) pode sugerir regras aos falantes, mas a descritiva só registra o que de fato os falantes continuam utilizando.

A **gramática internalizada**, por sua vez, é o recurso que o falante já possui e não permite, entre outras coisas, criar sentenças inexistentes na sua língua. Por exemplo, sentenças

do tipo: “\*Casa Flávia da” são agramaticais na língua, que possui uma ordem SVC (Sujeito, Verbo, Complemento). Nesse sentido, os falantes não produzem nem interpretam sentenças como a citada acima. Portanto, cada falante possui uma gramática interna que o auxilia a construir e interpretar as sentenças da sua língua materna.

A língua falada é independente, não necessariamente estará ligada às mesmas regras da língua escrita. A gramática internalizada nos permite saber construir frases gramaticais na língua e por isso é estabelecida a comunicação. Pessoas cuja situação socioeconômica não lhes permitiu o acesso à educação escolarizada, fazem uso da língua a todo momento – claramente, com a variação do lugar em que estão inseridos – com fluidez na comunicação.

## 2.4 NORMAS LINGUÍSTICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Contrariamente ao senso comum, para um falante nativo do português a língua não é difícil, contudo, a metodologia de ensino que tem como foco a gramática normativa é, para eles, inatingível. Nesse aspecto, ao entender que língua está atrelada a poder, é possível dizer que as nomenclaturas não são escolhidas aleatoriamente, mas são pensadas por alguém e adotadas intencionalmente. Britto (2007) discorre um pouco sobre elas:

Assim é que se estabeleceram, sempre em pares excludentes, paradigmas avaliativos ou descritivos dos usos e definições linguísticas, tais como próprio e impróprio, adequado e inadequado, forma culta e popular, registro formal e informal, língua padrão e não padrão, falar (ou escrever) certo e errado, modalidade escrita e oral, entre tantas outras oposições simplificadas. Não se trata de afirmar que tais formas de apreensão do fenômeno linguístico são ilegítimas ou mero equívoco teórico. Pelo contrário, é preciso considerá-las como resultado da política e dos focos de interesse que se manifestam nas formas como se realiza a luta pelo poder. Por isso faz todo sentido afirmar que língua é poder. (BRITTO, 2007, p.24; Destaques do autor).

Nessa afirmação, o autor nos demonstra o quanto essas escolhas estão diretamente ligadas ao que será ensinado nas escolas, nas construções de gramáticas e de dicionários; o que será selecionado dessa língua para ser documentado e arquivado. Não somente como forma de registro, mas também como forma de modelo a ser seguido, de padronização. É, portanto, uma escolha política.

Essa escolha política exclui os alunos que não têm acesso a essa língua socialmente prestigiada. Então, para que estes estudantes estejam “inseridos socialmente”, é necessário que a escola utilize da variação trazida por eles como ponte de acesso à norma culta, pois as oportunidades são “conquistadas” por quem consegue chegar o mais perto possível dessa norma.

Na gramática da língua portuguesa podemos dizer que há uma divisão entre normas: Culta, Padrão e Popular. No senso comum, muitas vezes, acredita-se que as regras gramaticais estão ligadas somente à norma culta e à norma padrão, já a norma popular não possui regras, modelos. Trata-se de uma afirmação falsa, pois as regras gramaticais estão conectadas também à norma popular, não permitindo ao falante criações de sentenças inexistentes na língua, ou conjugações que não são aceitáveis pelo idioma, conforme apresentado na subseção 2.3 que trata da gramática internalizada. Isso acontece pelo fato de grande parte das pessoas desconhecerem a existência das gramáticas descritiva e internalizada, associando automaticamente a ideia de regras à gramática normativa.

Bagno (2003, p.40) fala que da palavra norma pode-se derivar dois adjetivos: o normal e o normativo. Além disso, pensando na divisão de normas que acontece no português brasileiro, pode-se dizer que o normal estará ligado às normas popular e culta, que são variações naturais da língua. Isso não quer dizer que a estigmatização de uma e o prestígio da outra é natural, contudo, variações da mesma língua sempre existirão.

Já o normativo estará ligado à norma padrão, pois esta está ligada a uma norma ideal, que funcionaria como regimento, lei da língua; propondo que todos falem igualmente, exercendo a manutenção de uma ideologia de um pequeno grupo com prestígio social por fatores econômico.

#### **2.4.1 Norma Padrão**

Para analisarmos e buscar um melhor entendimento do que seria a norma- padrão e para que ela serve, apresentaremos as definições feitas por Lucchesi & Lobo (1988), Faraco (2010) e Bagno (2003).

Lucchesi & Lobo (1988) apud Vieira e Brandão (2014) apontam: “A norma padrão corresponde aos modelos contidos nas gramáticas normativas, a culta, ao uso dos falantes mais escolarizados. As normas populares ou vernáculas correspondem aos usos dos falantes menos escolarizados”.

Faraco (2010) apud Antunes (2014) apresenta a seguinte definição de norma padrão:

A norma-padrão corresponde ao conjunto de prescrições idealmente propostas, no sentido de que constituem normas de como a língua, em contextos formais, deve ser; caracteriza-se assim como “norma ideal”, como hipótese de uso aceitável, segundo o que a sociedade letrada reconhece como “exemplar”; em geral, o que as gramáticas normativas trazem é essa norma-padrão, um conjunto de regras que devem ser seguidas para se obter o padrão exemplar; conseqüentemente, a partir do que é

definido como ideal, são estabelecidas as prescrições e os padrões a serem evitados; os rótulos de “certo” e de “errado” estão ancorados nesse conjunto ideal de normas, quase sempre inalteráveis, até mesmo porque estão codificadas nos manuais de gramática e se beneficiam da preservação conferida socialmente à autoridade dos gramáticos aos materiais escritos. (FARACO 2010 apud ANTUNES 2014, p.68 Grifos dos autores)

Nesta citação está claro que a norma-padrão é uma idealização de um pequeno grupo que possui poder socioeconômico, para, como o próprio nome já diz, padronizar a língua portuguesa, trazer uniformidade, que de fato é inexistente em qualquer língua.

A norma padrão foi pensada para estabelecer uma comunidade nacional que estivesse linguisticamente uniforme. Uma ideia de que “todos os brasileiros falam igualmente o português”, entretanto, sabe-se que toda língua está em constante movimento e transformação, que a língua se movimenta de acordo aos seus falantes, então não há como permanecer da mesma forma.

Em conformidade com esta ideia, Bagno (2003, p.50) diz que a norma padrão é:

Um modelo abstrato que não é utilizado por nenhum falante de português. Esta norma funciona como idealização da língua, criando divisões de conceitos como certo e errado, bonito e feio, elegante e grosseiro etc. Como resultado disso, tudo que não está na gramática desconsideram como português.

O ensino pautado em uma norma idealizada tende a corresponder por alguns equívocos, pois não é trabalhado com o uso real da língua. As mudanças sugeridas pela norma padrão não serão alcançadas pelos falantes visto que é uma abstração, um ideal de língua inalcançável.

#### **2.4.2 Norma Culta**

A norma culta está ligada aos falantes de português que possuem um maior nível de escolaridade. A norma culta é a norma usada no dia a dia por cientistas, universitários, jornalistas etc., ou “pessoas que nascem, crescem e vivem sempre em ambientes urbanos”. (Bagno, 2003, p.63) As variações linguísticas que acontecem naturalmente na língua, acontecem também nessa norma. Dessa maneira, a norma culta evidencia também o caráter heterogêneo da língua.

Segundo a descrição feita por Leite (2005, p.200), a variedade culta está diretamente ligada à:

Indicação precisa das marcas de gênero, números e pessoa; ao uso de todas as pessoas verbais, com exceção, talvez, da 2ª do plural, relegada à linguagem dos sermões; o emprego de todos os modelos verbais; correlação verbal dos tempos e modos; coordenação e subordinação; riqueza de construção sintética; maior utilização da voz

passiva; largo emprego de preposições nas regências; organização gramatical cuidada da frase; variedade da construção da frase.

Em suma, a variedade culta está diretamente ligada ao uso formal da língua; sob outro ângulo ousamos dizer que essa variedade não é utilizada em todos os contextos, por exemplo, em conversas com amigos, familiares e/ou diariamente no lar, as pessoas geralmente não se preocupam ou monitoram a fala, fazendo uso da linguagem de forma livre, com usos de gírias, não havendo tanta formalidade quanto é exigido por esta norma.

Antunes (2007) diz que:

Sabemos que todos somos cultos ou temos cultura, como defende a antropologia, no sentido de que criamos, ao longo da história, nossas formas de vida, nossas representações e manifestações simbólicas, presentes nas mais triviais atividades do cotidiano, inclusive naquelas atividades ligadas ao uso da linguagem falada e escrita. É salutar, portanto, que estejamos atentos ao risco de restringir o uso do termo culto àqueles itens vinculados aos grupos sociais mais favorecidos.

Antunes (2007, p.88), acrescenta mais à discussão com uma citação feita por Faraco (2002, p.46) em que ele dá uma definição do que é a norma culta, nela ele diz que a norma culta é “à norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social”.

Em ambas as afirmações os autores demonstram que a norma culta da língua portuguesa está relacionada mais ao grupo que teve acesso a um nível escolar superior no país. Estando o nome culto relacionado ao fato que, durante o período colonial brasileiro, quem conseguia ter acesso à literatura e ao universo da escrita e das produções, eram os cultos do país. Pois a grande maioria da população brasileira era analfabeta na época.

### **2.4.3 Norma Popular**

A norma popular como é chamada por alguns linguistas está ligada à maioria da população, população esta que vive em zonas rurais ou zonas urbanas marginalizadas. Essa norma geralmente está ligada às pessoas que possuem pouca ou nenhuma escolaridade.

No uso da variedade popular não há um monitoramento linguístico do que utilizar para a construção da comunicação, contudo, a gramática internalizada de cada falante não vai permitir criações de sentenças que possuam uma sequência agramatical. Por exemplo, o falante

dessa norma pode produzir <sup>1</sup>vou à casa das menina, porém não produzirá <sup>2</sup>vou à casa das menino, pois as regras internas de sua gramática não lhe permitirão combinar a preposição de + a com um substantivo masculino.

Com o intuito ilustrativo, a palavra Advogado pode ser utilizada pelos falantes dessa variedade linguística como <sup>1</sup>Adevogado ou <sup>2</sup>Adivogado, todavia, dificilmente o falante pronunciará <sup>3</sup>Adavogado, porque as regras fonológicas da língua portuguesa brasileira não permitirão essa produção sonora. Podemos ver com esses exemplos que a variedade popular possui regras e não é, diferentemente do que é tido como consenso, uma variedade que se fala “de qualquer jeito”.

De acordo com Leite (2005, p.200), a norma popular faz:

economia das marcas de gênero, número ou pessoa; reduz as pessoas gramaticais do verbo, mistura da 2º com a 3º pessoa no singular; uso intenso da expressão a gente, em lugar de eu ou nós; reduz os tempos da conjugação verbal e de certas pessoas, como, por exemplo, a perda quase total do futuro do presente e do pretérito, do mais-que-perfeito, no indicativo, do presente do subjuntivo, do infinitivo pessoal; falta da correlação verbal entre os tempos; redução do processo subordinativo em benefício da frase simples da coordenação; maior emprego da voz ativa em lugar da passiva; predomínio das regências diretas dos verbos; simplificação gramatical das frases, emprego de “bordões” do tipo “então”, “ai” etc.; emprego dos pronomes pessoais retos como objetos”.

De acordo com as discussões apresentadas sobre as normas brasileiras, é possível perceber que as sugestões feitas ao professor recém formado não é algo tão distante. O professor e a escola possuem a capacidade de inserir as discussões sobre norma culta e popular no ensino, apresentando assim oportunidades igualitárias.

É importante essa inserção a fim de devolver a autoestima dos alunos que por muitos anos preferiram abandonar a escola por não ver solução nela para uma melhorar as condições de vida dele e de sua família. Devolver também a autoestima do professor que, recém-formado, acredita que terá dificuldades em conseguir que as teorias aprendidas na universidade conversem com as ferramentas já existentes da educação.

Essas mudanças de perspectivas do ensino de língua portuguesa brasileira trarão a possibilidade de diversificar o ensino brasileiro, atendendo às múltiplas necessidades do país, que é heterogêneo e possui diversas formas linguísticas possíveis.

### **3 BREVE ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE OS PRONOMES PESSOAIS NO LIVRO DIDÁTICO**

Com o propósito de fazer nossa análise descritiva escolhemos como recorte o capítulo que trata dos pronomes pessoais. Busca-se compreender um pouco a abordagem dos pronomes pessoais apresentado no livro didático. Como as autoras o apresentam, qual a linguagem utilizada, como está montado o capítulo dedicado aos pronomes; se a temática é pensada só em formas diretas, como perguntas e quadros, ou se é pensada dentro de um contexto social, a partir de textos, charges, músicas ou outros gêneros textuais. Pretende-se verificar também se há uso de nomenclaturas que levam em conta as teorias atuais apresentando temas como variação linguística.

No momento em que as análises acontecem, o nosso intuito é demonstrar ao professor recém-formado, que o livro didático é um recurso que pode ser explorado de diversas formas. Contribuindo também para uma aula dinâmica tanto quanto os aparelhos tecnológicos; como o uso de slides, data shows, notebook e caixas de sons.

Vemos a importância desse material não somente pelos motivos explanados acima, acreditamos que o livro didático é pensado para contemplar o que precisa ser trabalhado em cada turma (Série/Ano). Todavia, se algum assunto não estiver contemplado, o professor não deve se sentir impedido de executar a aula, uma vez que o livro didático, embora importante, não é a única ferramenta possível.

O propósito é salientar que recursos considerados tradicionais, como o livro didático, podem ser úteis na sala de aula, se modificadas as abordagens, inclusive trabalhando os diferentes gêneros textuais. Além disso, os professores podem construir um entendimento minucioso do livro didático com o auxílio dos alunos na aula, aguçando neles o senso crítico.

Efetivamente, a ideia é que o professor recém formado sinta-se seguro ao conduzir a aula, com ou sem suportes didáticos tecnológicos. Ciente do papel do professor como mediador, ao apresentar aos alunos as teorias que aprendeu durante a graduação, de forma leve e dinâmica, estimula os alunos a investigar diferentes formas de aprendizagem, tornando-os autônomos ao sair do ensino médio.

#### **3.1 ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO**

A presente pesquisa realizará uma análise descritiva do livro didático de Hernandes e Martin (2013), que será denominado daqui em diante de LD, a fim de verificar como esse livro

pode servir de ferramenta para o docente na sala de aula. Reproduzimos, novamente, para efeitos didáticos, a ficha catalográfica do livro estudado.

Alves, Roberta Hernandes.

Língua Portuguesa/Roberta Hernandes Alves, Vima Lia Martin; ilustrações Ana Raquel... [et al]. – Curitiba: Positivo, 2013.

V.2: il.

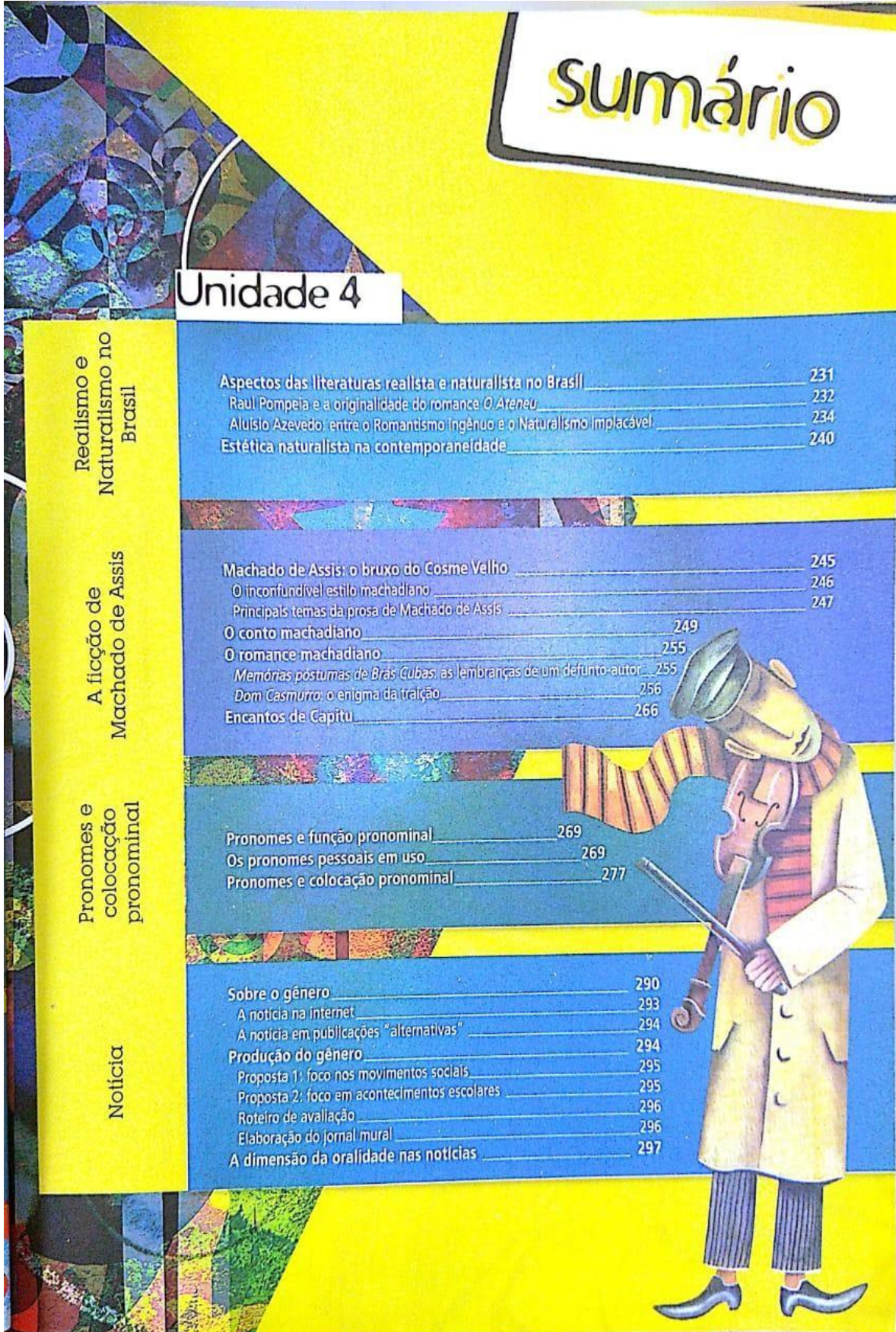
PNLD de 2015, 2016 e 2017

Começaremos a nossa análise descritiva a partir do sumário do livro. Este apresenta a divisão do livro em 5 unidades, as autoras escolhem, em cada unidade, apresentar assuntos relacionados à literatura, à gramática e à produção textual. Em termos visuais, o LD apresenta imagens, formas abstratas, divisões dos textos por blocos, tornando cada unidade aparentemente mais organizada.

Apresentaremos a seguir a imagem do sumário:



Figura 1 - Sumário



**sumário**

**Unidade 4**

Realismo e Naturalismo no Brasil	Aspectos das literaturas realista e naturalista no Brasil	231
	Raul Pompeia e a originalidade do romance <i>O Ateneu</i>	232
	Aluísio Azevedo: entre o Romantismo Ingênuo e o Naturalismo Implacável	234
	Estética naturalista na contemporaneidade	240
A ficção de Machado de Assis	Machado de Assis: o bruxo do Cosme Velho	245
	O inconfundível estilo machadiano	246
	Principais temas da prosa de Machado de Assis	247
	O conto machadiano	249
	O romance machadiano	255
	<i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i> : as lembranças de um defunto-autor	255
	<i>Dom Casmurro</i> : o enigma da traição	256
	Encantos de Capitu	266
Pronomes e colocação pronominal	Pronomes e função pronominal	269
	Os pronomes pessoais em uso	269
	Pronomes e colocação pronominal	277
Notícia	Sobre o gênero	290
	A notícia na internet	293
	A notícia em publicações "alternativas"	294
	Produção do gênero	294
	Proposta 1: foco nos movimentos sociais	295
	Proposta 2: foco em acontecimentos escolares	295
	Roteiro de avaliação	296
	Elaboração do jornal mural	296
A dimensão da oralidade nas notícias	297	

Sobre o recorte escolhido para a pesquisa, pronomes pessoais, o LD dedica 7 páginas (268-270; 277-279 e 282) e o apresenta no capítulo 15 da 4ª unidade, dedicando todo capítulo a este conteúdo. Como o livro possui 5 unidades, o conteúdo é apresentado quase no final, sugerindo ao professor trabalhá-lo entre o meio e final do ano letivo.

Ao apresentar o conteúdo gramatical por nós estudado, o LD inicia com título *pronomes e colocação pronominal*, não possui subtítulo, em seguida exibe duas charges que falam sobre como o uso da tecnologia tem modificado as relações sociais e outra falando como entendemos os enunciados nos noticiários. Nas charges o leitor não consegue perceber de primeira qual o conteúdo que será abordado. Conforme é possível perceber na imagem a seguir:

Figura 2 - Charge 1

# capítulo 15

## Pronomes e colocação pronominal

Leia as tiras a seguir.



DAHMER, André. *Quadrinho dos anos 10*. Disponível em: <[http://25.media.tumblr.com/tumblr\\_m7guu-drKvB1qmggloo1\\_1280.jpg](http://25.media.tumblr.com/tumblr_m7guu-drKvB1qmggloo1_1280.jpg)>. Acesso em: 29 set. 2012



Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 268).

No LD, as perguntas que seguem a charge já utilizam a nomenclatura gramatical, sem uma explicação do uso desses pronomes, como, por exemplo, a pergunta 1, da página 268: “No segundo quadrinho da tira 1, os pronomes “me” e “você” se refere a quais personagens?”.

**Figura 3** - Perguntas direcionadas às charges 1

- No segundo quadrinho da tira 1, os pronomes “me” e “você” se referem a quais personagens?
- A mulher utiliza um argumento pessoal para comprovar que o homem pouco se importa com ela. Que pronome comprova essa perspectiva pessoal?
- Pelo que se pode observar na fala do homem no primeiro e no terceiro quadrinhos da tira 1, ele chegou a levar em consideração a fala da mulher? Justifique sua resposta.
- Na tira 2, a quem se refere o pronome “eles”?
- Qual é o referente do pronome “ela”, na tira 2?



Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 268).

A pergunta 1 sugere que os alunos já sabem o que são os pronomes, considerando que, no segundo ano do ensino médio, eles já tiveram contato com o mesmo conteúdo em algum momento prévio escolar. É possível perceber que no LD, as perguntas direcionadas às charges funcionam como exercício de fixação, sem possibilitar reflexão sobre os pronomes ou as charges utilizadas.

Dando continuidade a descrição do material didático, o LD não organiza de forma sequencial o seu conteúdo, ele apresentará de forma amalgamada os diferentes tipos de pronomes durante todo o percurso do capítulo. Serão apresentadas atividades, textos, charges com os grifos dos pronomes.

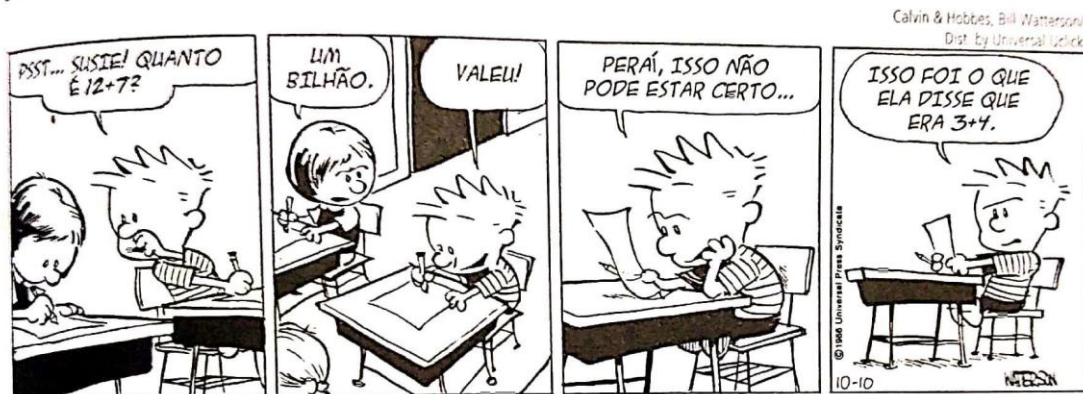
Na página seguinte (269) após a apresentação das duas primeiras charges, as autoras apresentam um texto explicativo com o título *Pronomes e função pronominal*, nesta página, as autoras fazem uma breve explicação do que seriam os pronomes, em seguida exemplificam com outra charge. Na charge apresentada a seguir:

Figura 4 - Charge 2

## Pronomes e função pronominal

Os pronomes compõem uma classe de palavras variáveis que identificam os interlocutores do discurso, fazem referência a elementos da situação comunicativa e, nos textos, a palavras e expressões mencionadas anteriormente.

Veja, na tira, um exemplo de pronome fazendo referência a elemento da situação de comunicação e a retomada de um termo já citado no texto.



O pronome demonstrativo "isso" é utilizado duas vezes. No terceiro quadrinho, "isso" faz referência à situação, ele avalia a operação feita. No quadrinho seguinte, o pronome retoma o número que Susie passou para Calvin quando ele a consultou para saber o resultado de uma conta: um bilhão. O humor da tira reside do fato de ele não estranhar que a soma de dois números tão baixos tenha como resolução um número tão alto, mas sim o fato de ela dar um mesmo resultado para duas contas diferentes.

Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 269).

As autoras, após a charge continuam com um pequeno texto que trabalha a relação do pronome demonstrativo "isso" usados pelos personagens que aparecem na charge. Após esta breve explicação, o livro passa a tratar dos pronomes pessoais e sobre a mudança histórica do uso do pronome *vós* para *vocês*. Como mostraremos a seguir:

**Figura 5** - Texto pronomes pessoais em uso

## Os pronomes pessoais em uso

Os pronomes pessoais identificam os elementos que constituem o discurso: quem fala, com quem se fala e de quem/do que se fala. Esses pronomes sofreram alteração ao longo do tempo: enquanto novas formas como "você" e "a gente" foram incorporadas, o pronome "vós" caiu em desuso.

Diferentemente do pronome de 2ª pessoa do singular – "tu", que ainda é usado em algumas regiões do Brasil, o pronome de 2ª pessoa do plural – "vós" – praticamente desapareceu, sendo encontrado em poucos textos escritos formais e em textos literários do século XIX, por exemplo. Hoje, o pronome "vocês" substituiu o "vós" na maior parte dos casos. Observe como o uso do "vós" soa arcaico na frase: "Peço a vós que entregueis o livro". Hoje esse pronome seria substituído pelo uso da forma "vocês": "Peço a vocês que entreguem o livro".

As variantes de prestígio já aceitam o uso de "a gente" não apenas em textos coloquiais como também em situações de maior monitoramento linguístico. Um exemplo disso é o uso desse pronome no noticiário da TV, frequentemente, na fala dos apresentadores. Ressalte-se que isso ocorre em programas aos quais pessoas da chamada classe culta assistem, cujos apresentadores pertencem ao grupo dos falantes cultos e é uma situação de oralização da escrita.

Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 269).

As discussões presentes na página 270 do LD dão continuidade às discussões da página anterior, essa página inicia-se com a variação existente entre o uso dos pronomes *nós* e *a gente*, explicando que essa mudança é feita de forma espontânea a partir da língua falada, para fundamentar esse argumento utilizam-se mais uma vez do recurso charge. Observaremos:

**Figura 6 - Charge 3**

Observe como a charge a seguir ironiza as exigências espanholas para o ingresso de brasileiros no país. O uso de "a gente" no lugar de "nós" demonstra a adequação linguística numa situação de uso espontâneo da linguagem, como é comum nas charges.



Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 270).

Em seguida, as autoras expõem um quadro dos pronomes pessoais que contempla o uso do *nós*, *a gente* e *vocês*. Vejamos a seguir:

**Figura 7 - Quadro dos pronomes pessoais**

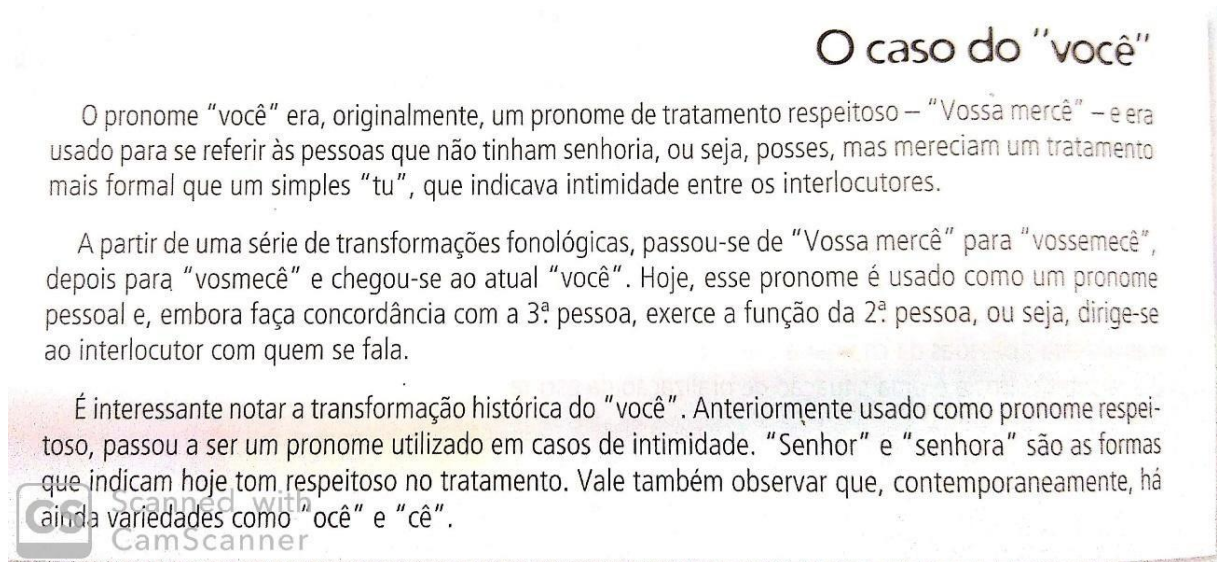
PRONOMES PESSOAIS				
Número	Pessoa	Caso reto	Caso oblíquo átonos	Caso oblíquo tônicos
Singular	1 <sup>a</sup>	eu	me/ eu	mim (comigo)
	2 <sup>a</sup>	tu/você	te/você/ tu	ti (contigo), você
	3 <sup>a</sup>	ele, ela	o, a/ lhe/ ele, ela	ele, ela, si (consigo)
Plural	1 <sup>a</sup>	nós/a gente	nos	nós (conosco), a gente,
	2 <sup>a</sup>	vocês	vocês	vocês
	3 <sup>a</sup>	eles/elas	os, as/lhes/eles, elas	eles, elas, si (consigo)

Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 270).

Após explicar a origem do pronome *você*, o professor de língua portuguesa pode elaborar em sala de aula uma reflexão nos alunos questionando se não ouviram seus avós usando alguns termos apresentados pelo texto; elaborar um debate juntamente com o intuito de construir sentenças usando a variedade popular e a variedade culta.

Neste livro didático as autoras fazem uma discussão sobre a variação do pronome pessoal *ocê*, explicando que na língua falada da variação popular existirão outras formas de utilizar esse pronome. Como demonstra na imagem a seguir:

**Figura 8** - Uso do pronome pessoal *ocê*



Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 270).

O conteúdo de pronomes pessoais voltará apenas na página 277. Esta página traz a diversidade do uso dos pronomes pessoais no português brasileiro, constatando, que segundo, a gramática normativa, há divergência nesse uso, pois há casos em que os pronomes retos são usados ao invés dos oblíquos. Por exemplo, alguns falantes usam a expressão "encontrei ela", quando a gramática normativa diz que o adequado seria "encontrei-a". As autoras salientam que o uso do pronome reto está presente em textos informais, orais e escritos, enquanto o uso dos pronomes oblíquos como em "beije-i-a" está presente em textos mais formais, sobretudo escritos.

Logo em seguida, as autoras apresentam exemplos, através de charges de como seria o uso adequado dos pronomes retos e oblíquos, segundo a gramática normativa. Podemos perceber que as autoras contemplam as variações no português ao utilizar termos como *adequado* e *inadequado* para determinados usos que a gramática normativa considera *correto* e *incorreto*. Vejamos a seguir:



Figura 9 - Charge 4

## Pronomes e colocação pronominal

Alguns usos dos pronomes pessoais no português brasileiro apresentam divergências em relação às regras estabelecidas na gramática normativa. Isso pode ser observado especialmente em duas questões: no uso do pronome reto no lugar do oblíquo e na colocação pronominal.

Observe no segundo quadrinho da tira a seguir o uso do pronome pessoal.



GONSALES, Fernando. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/niquel/>>. Acesso em: 29 set. 2012.

A construção "xingou ela" exemplifica a opção corrente: utilizar o pronome reto indiferentemente, esteja ele exercendo a função de sujeito ou de objeto direto. Construções como "encontrei ela" e "beijei ele" estão presentes em textos informais, orais e escritos, enquanto construções como "encontrei-a" e "beijei-o" se fazem presentes em textos com maior grau de formalidade, principalmente os escritos.

Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 277).

O assunto continua na página 278 do LD, com exemplos de frases dos pronomes do caso reto, que, segundo a gramática normativa, ocupará a função de sujeito, já os pronomes oblíquos ocuparão a função de complemento. Vejamos na imagem:

Figura 10 - Charge 5

Variante normativa

Pronomes pessoais retos e oblíquos

A gramática normativa preceitua que os **pronomes pessoais do caso reto** sejam empregados com a função sintática de **sujeito** e os **pronomes pessoais do caso oblíquo** ocupem a função de **complemento** de verbo ou de um nome.

SOUSA, Mauricio de. Disponível em: <<http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira232.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

No primeiro quadrinho, a frase "Comprou um vestido pra mim?" apresenta um pronome oblíquo na função de complemento (objeto indireto), "mim". No quadrinho seguinte, a frase "O que eu faço agora?" traz um pronome reto, "eu", na função de sujeito do verbo fazer.

Fonte: Hernandez e Martin (2013, p. 278).

Posteriormente trabalham as questões que dizem respeito ao uso dos pronomes oblíquos átonos, usando um poema de Oswald de Andrade e um excerto do texto de Domingos Pascoal Cegalla, retirados do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), para constatar como é feito o uso desses pronomes no português brasileiro. Veremos em seguida:

**Figura 11** - Poema e Excerto

Outra questão relativa aos pronomes que merece atenção diz respeito à colocação pronominal. Isso porque a gramática normativa estabelece regras específicas para definir a posição que os **pronomes oblíquos átonos** devem ocupar dentro da oração. Essas regras muitas vezes divergem da colocação pronominal que os usuários da língua portuguesa usam de modo espontâneo. Para refletir sobre isso, resolva o exercício a seguir.

(Enem)

O uso do pronome átono no início das frases é destacado por um poeta e por um gramático nos textos abaixo.

### **Pronominais**

Dê-me um cigarro  
 Diz a gramática  
 Do professor e do aluno  
 E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco  
 da Nação Brasileira  
 Dizem todos os dias  
 Deixa disso camarada  
 Me dá um cigarro

(ANDRADE, Oswald de. *Seleção de textos*.  
 São Paulo: Nova Cultural, 1988)

“Iniciar a frase com pronome átono só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita quando se deseja reproduzir a fala dos personagens [...].”

(CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1980)



Scanned with  
 CamScanner

Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 278).

Ainda na página 279 continuam com a argumentação sobre os pronomes oblíquos átonos, possuindo um exercício em que é trabalhado se, de acordo com os poemas apresentados ambos os pronomes oblíquos átonos respeitam a concordância gramatical. Apresentado a seguir:

**Figura 12** - Atividade sobre o poema e excerto

UNIDADE 4 279

Comparando a explicação dada pelos autores sobre essa regra, pode-se afirmar que ambos:

- condenam essa regra gramatical.
- acreditam que apenas os esclarecidos sabem essa regra.
- criticam a presença de regras na gramática.
- afirmam que não há regras para uso de pronomes.
- relativizam essa regra gramatical.

O poema de Oswald de Andrade presente no exercício mostra, de forma bem-humorada, que as lições gramaticais muitas vezes não correspondem ao uso que o falante faz da língua. No Brasil, poucos são aqueles que colocam o pronome oblíquo **depois** do verbo no início de orações, o que a gramática tradicional nomeia como **ênclise**. A preferência, no português brasileiro, é pela **próclise**, ou seja, a colocação do pronome oblíquo **antes** do verbo independentemente de ser, ou não, início de oração. Em outras palavras, a próclise é a posição natural do pronome oblíquo no português brasileiro, como vemos no exemplo a seguir.

Tô solteiro no meio do povo  
Me empresta um beijo que amanhã eu te devolvo

MORENO, Renato. Me empresta um beijo. In: GUILHERME & SANTIAGO. *Até o fim*. Rio de Janeiro: Som Livre, 2012. 1 CD. Faixa 3. Fragmento.

CS Scanned with CamScanner

Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 279).

As autoras descrevem um pouco sobre os conceitos de próclise e ênclise, apresentando também quais as regras que regem a colocação pronominal segundo a norma-padrão da língua portuguesa. Vejamos a seguir:

Figura 13 - Charge 6

Linha 3. Fragmento.

Assim como na canção, costumamos dizer "me dê uma chance", "me diz uma coisa", "me traz uma água", em vez das formas prescritas pela gramática normativa: "dê-me uma chance", "diga-me uma coisa", "traga-me uma água". É fácil perceber que o uso da próclise soa mais espontâneo e natural, enquanto o uso da ênclise nos parece bastante formal.

Embora ocorra descompasso entre a gramática normativa e a colocação do pronome oblíquo em usos informais, isso não acarreta qualquer problema à comunicação, seja oral, seja escrita. No entanto, em algumas situações comunicativas, privilegia-se o registro mais formal de linguagem, razão pela qual é importante conhecer as regras de colocação pronominal prescritas na gramática normativa e fazer uso delas nessas situações. A seguir, você conhecerá as principais regras que regem a colocação pronominal segundo a norma-padrão.

Casos em que se usa a **ênclise**, ou seja, a colocação do pronome oblíquo **depois** do verbo.

### 1. Em início de orações ou com verbo no imperativo afirmativo

Na tira a seguir, é possível observar um caso de ênclise no primeiro quadrinho: "Prepare-se".



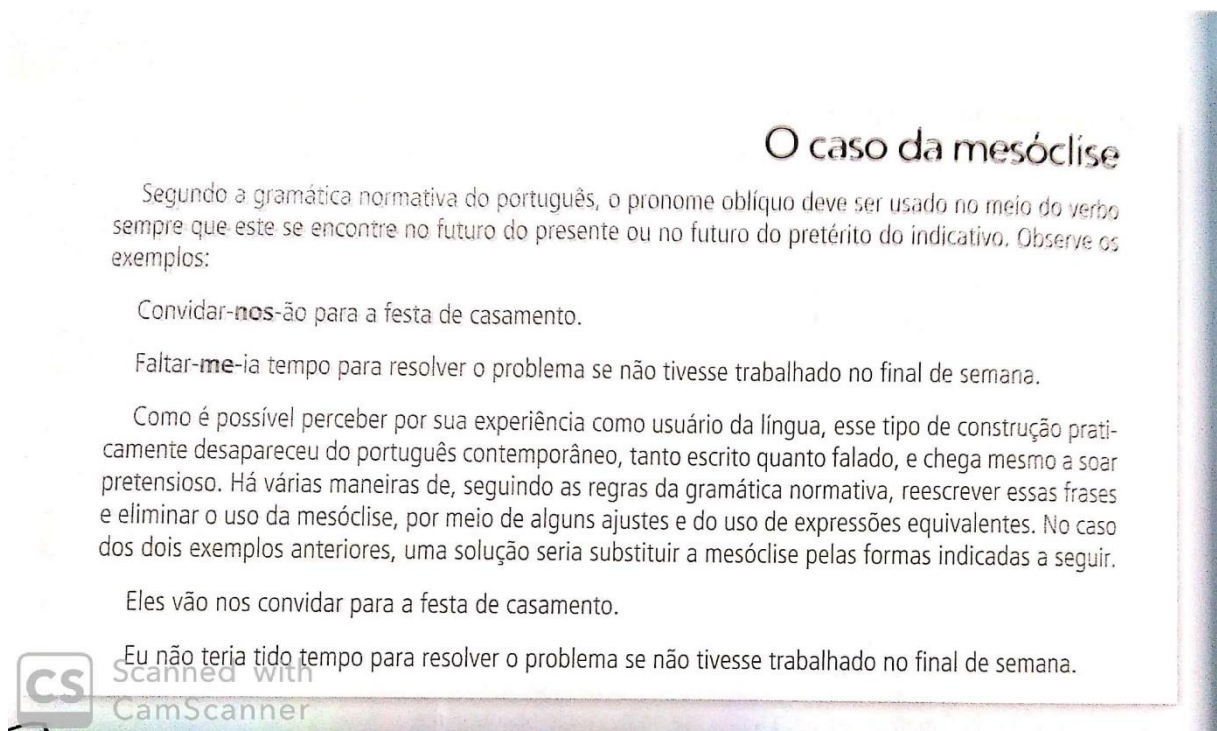
GONSALES, Fernando. *Em boca fechada não entra mosca*. São Paulo: Devir, 2008. p. 6.

CS Scanned with CamScanner

Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 279).

Ao finalizar o capítulo, as autoras apresentam o uso da mesóclise no Brasil, explicando como seria o seu uso de acordo com a gramática normativa do português, contudo, apresentam também que, atualmente, a mesóclise praticamente caiu em desuso, tanto na língua escrita como na língua falada. Encerrado, assim, o capítulo sobre pronomes pessoais. Vejamos então a explicação sobre o uso da mesóclise:

**Figura 14** - Caso da mesóclise



Fonte: Hernandes e Martin (2013, p. 282).

Portanto, foi possível perceber que no LD estão presentes as discussões sobre variação linguística, discussões estas que são apresentadas de forma pertinente, todavia, exercícios mais reflexivos dariam ao aluno a possibilidade de compreender quais são as maneiras adequadas e inadequadas do uso da linguagem, de acordo com os diferentes contextos sociais. Nesse livro, foi possível encontrar o uso de nomenclaturas associadas às teorias linguísticas que tendem a chamar de variante padrão ou normativa, variante culta e variante popular, diferentemente de alguns livros didáticos que estão pautados única e exclusivamente na gramática normativa.

Não foi possível perceber, contudo, durante a apresentação desse conteúdo uso de variados gêneros textuais. Caberia, então, ao professor recém-formado que possivelmente trabalhará com livros como este, acrescentar outros gêneros textuais na discussão do assunto, a fim de acrescer o repertório dos alunos do Ensino Médio que em breve prestarão concurso ou estarão no mercado de trabalho.

Vale salientar que as professoras responsáveis pela criação deste material didático são professoras da área de literatura, não havendo assim participação efetiva de um linguista para a construção da área de linguística.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que ainda há uma longa caminhada no Brasil na produção de materiais didáticos que desconstrua a ideia de variações de prestígio sobre as outras, sabemos que é necessário uma reformulação dos materiais para um ensino que contemple os diferentes estudantes da escola pública.

Com a análise descritiva do livro de Hernandez e Martin (2013), do PNDL 2015, 2016, 2017, pôde-se perceber o uso de nomenclaturas mais alinhadas às teorias linguísticas. Contudo, as mudanças não devem ser somente das nomenclaturas, mas na forma de aplicar este conteúdo, para que os alunos consigam ter um melhor aproveitamento desse material e um melhor desempenho não só nos processos de ingressos em universidades, mas na vida cotidiana.

Nas abordagens em sala de aula, os professores podem obter um melhor aproveitamento desse material, se usado como aliado, complementando com outras metodologias possíveis. Construindo, assim, diversas possibilidades para suas aulas e para os seus alunos.

Este trabalho teve como objetivo evidenciar aos futuros professores de língua portuguesa que o livro didático não está tão distante das teorias vistas durante a graduação e que este material pode, sim, ser um recurso considerável em suas práticas pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ANTUNES, Irandé. **Gramática Contextualizada**: limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Língua Portuguesa, Ensino Médio**. Segundo Ano. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Escola, ensino de língua, letramento e conhecimento**. Calidoscópio, São Paulo, v. 5, n. 1, p.24-30, jan. 2007.

HERNANDES, Roberta Alves; MARTIN, Vima Lia. **Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2013. 2 v.

MARCUSHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SILVA, Kleber Aparecido da; PILATI, Eloisa; DIAS, Juliana de Freitas. O ensino de gramática na contemporaneidade: delimitando e atravessando as fronteiras na formação inicial de professores de língua portuguesa. **Rbla**, Belo Horizonte, v. 10, n. 4, p.975-994, 2010.

SILVA, Luiz Antonio (org.). **A língua que falamos**: português, história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 2005.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo; (ORGANIZADORAS). **Ensino de Gramática**: descrição e uso. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.